

# Dinheiro.

**Ações por novo aviso prévio**

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes protocola hoje na Justiça 400 ações de cobrança do aviso prévio proporcional de 90 dias.

EDITORA:  
ELAINE SILVA  
ecferreira@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8327  
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

1110.851

## ROYALTIES

# DILMA LAVA AS MÃOS E REJEITA LIDERAR ACORDO

## Presidente se nega a entrar diretamente nas negociações

de RONDINELLI THOMAZELLI  
rsuave@redgazeta.com.br

A presidente Dilma Rousseff manteve o tom do discurso e voltou a dizer ontem para o governador Renato Casagrande, em audiência em Brasília, que não pretende entrar diretamente nas negociações entre Estados produtores e não produtores de petróleo na briga pelos royalties.

Ela reafirmou que a União já deu sua contribuição na redistribuição das receitas do petróleo, com R\$ 2,8 bilhões, e reforçou que é contra o rompimento de contratos firmados com as petroleiras, previsto no substitutivo do senador Vital do Rêgo aprovado no Senado e que agora tramita na Câmara.

Para o governador, mesmo que a pauta não tenha avançado, é um sinal positivo de que Dilma tenha se posicionado contra a alteração de contratos para reaver os percentuais dos entes federados em áreas já exploradas.

"A presidente disse que será pouco provável se sustentar na Justiça o rompimento de contratos", disse o governador, após uma reunião com a bancada para apresentar as posições do Planalto.

Sem deixar clara a posição do governo, Dilma disse que espera entendimento entre produtores e não produtores na Câmara. "Mas ela afirmou que é bom ter um tempo maior para discutir a questão", assinalou Casagrande, entendendo um sinal para que a votação fique para 2012.

A presidente não respondeu a Casagrande se vetaria o plano de Vital.

### FUNDAP

Na pauta da reunião com Dilma, também estava o fim do sistema de financiamento às importações Fundap. O governo quer aprovar ainda este ano, no Senado, o projeto de resolução que reduz a zero a alíquota de ICMS interestadual para produtos importados.

Após o encontro com a presidente, o governador reuniu-se com o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. "Disse à presidente que não abrimos mão das nossas receitas", afirmou Casagrande.

Dilma, porém, reiterou que o governo quer zerar a alíquota, e chamou Nelson para discutir alternativas para o Estado. "Expliquei ao Nelson nosso problema. Disse que, ao contrário de outros Estados, não renunciamos à totalidade do ICMS", frisou o governador, admitindo o risco da aprovação no Senado este ano.

No encontro, a presidente ficou de avaliar um regime especial de tributação para o polo gás-químico do Norte do Estado.

Ontem, as bancadas do Rio e do Espírito Santo se reuniram, mas procuradores dos dois Estados argumentaram contra a estratégia de entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal.



CONTINUA pág. 28



Secretário Márcio Félix, governador Renato Casagrande e Dilma Rousseff na audiência em Brasília

ROBERTO STUCKERT FILHO

## Bancada capixaba otimista com decisão favorável do Supremo

Se depender do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, as ações que tramitam no tribunal, referentes à interrupção da tramitação dos projetos que preveem nova distribuição dos royalties, deverão ter parecer favorável aos Estados produtores.

A avaliação foi feita em reunião, ontem à tarde, da bancada federal do Espírito Santo com o ministro Gilmar Mendes, que manifestou opinião favorável à reivindicação do Rio e Espírito Santo quanto à manutenção do sistema de

distribuição de royalties.

Segundo o senador Magno Malta (PR) e o deputado Lelo Coimbra (PMDB), Gilmar Mendes deverá julgar o mandado de segurança impetrado pela bancada do Rio. Já Ricardo Lewandowski deve analisar o mandado impetrado por Magno e assinado por todos da bancada capixaba.

Nos dois casos, os mandados de segurança em liminar querem que o STF interrompa o processo de tramitação do substitutivo do senador Vital do Rêgo. O texto, aprovado no Se-

nado e em tramitação na Câmara, prevê a distribuição igualitária dos royalties entre os Estados produtores e não produtores.

O teor do projeto, que traz grandes prejuízos aos Estados produtores de petróleo, como Rio e Espírito Santo, "é uma ameaça à Constituição federativa do país", explica o deputado Lelo Coimbra.

Esta é a tese que vem sendo defendida nas ações: a de que os contratos já em vigor, dos campos em produção e licitados, não podem ser rompidos. (Denise Zandonadi).

### PELO RALO

"Do jeito que está o projeto do senador Vital do Rêgo, o plano traz perdas de R\$ 10 bilhões até 2020 para o Estado e municípios capixabas."

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR DO ESTADO

### CONTRIBUIÇÃO

**R\$ 2,8**

bilhões

É quanto o governo federal disse já ter aberto mão nas negociações sobre royalties.